



ESCOLA **informação**

Digital

| n°6.maio/junho.2015 | 
SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA . SPGL

20 JUNHO. 14H30
LISBOA. MARQUÊS DE POMBAL

MANIFESTAÇÃO NACIONAL
PROFESSORES, EDUCADORES E INVESTIGADORES

PELA LUTA
DOS
PROFESSORES,
REVALORIZAR
A EDUCAÇÃO,
DEFENDER
A PROFISSÃO!

HORÁRIOS E CONDIÇÕES
DE TRABALHO ADEQUADOS
APOSENTAÇÃO QUE TENHA
EM CONTA O DESGASTE
PROVOCADO PELO
EXERCÍCIO DA PROFISSÃO
CONTRA
A MUNICIPALIZAÇÃO
DA EDUCAÇÃO
PELO DIREITO AO EMPREGO
E À CARREIRA
RESPEITO PELO TRABALHO
DOS PROFESSORES

20 JUNHO.14H30

LISBOA.MARQUÊS DE POMBAL

MANIFESTAÇÃO NACIONAL

PROFESSORES, EDUCADORES E INVESTIGADORES

**PELA LUTA
DOS
PROFESSORES,
REVALORIZAR
A EDUCAÇÃO,
DEFENDER
A PROFISSÃO!**

**HORÁRIOS E CONDIÇÕES
DE TRABALHO ADEQUADOS
APOSENTAÇÃO QUE TENHA
EM CONTA O DESGASTE
PROVOCADO PELO
EXERCÍCIO DA PROFISSÃO
CONTRA
A MUNICIPALIZAÇÃO
DA EDUCAÇÃO
PELO DIREITO AO EMPREGO
E À CARREIRA
RESPEITO PELO TRABALHO
DOS PROFESSORES**



Dia 20 vai ser uma grande manif de professores!

Porque estamos fartos de ser agredidos com uma PACC cuja perversidade e inutilidade todos reconhecem;

Porque não aceitamos que nos imponham trabalhar gratuitamente para empresas privadas, menosprezando o nosso trabalho com os nossos alunos;

Porque não aceitamos horários e condições de trabalho que na prática passam para segundo plano o essencial do nosso trabalho como professores;

Porque temos direito a aposentarmos-nos em condições dignas;

Porque não aceitamos essa treta das inevitabilidades;

Porque estamos cansados mas não vencidos;

Porque não nos podemos calar;

Porque não nos queremos calar;

Porque não desistimos de ser professores,

**DIA 20 DE JUNHO
VAMOS ENCHER LISBOA!**

Nº6 maio/junho.2015

SUMÁRIO



3. Editorial. José Alberto Marques

4. Dossier. Eleições SPGL 2015/2019

5. Resultados gerais por eleição

Comissão Executiva e Secretariado Nacional

6. Nova Direção tomou posse

7. Uma estratégia de luta construída com os professores

– discurso de José Alberto Marques

9. Recursos e deliberações

10. Lista V – “Com os Professores, por um SPGL

forte e combativo”

12. Lista A – SPGL - A força dos professores

13. Escola/Professores

14. 41º Aniversário SPGL

14. Municipalização da Educação – o que está em causa

15. Homenagem a Urbano Tavares Rodrigues

16. 70º Aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial

17. Segurança Social e CGA – Sustentabilidade

e opções políticas

18. Aos Sócios



ficha técnica:

Diretor: José Alberto Marques . **Chefe de Redação:** António Avelãs . **Conselho de Redação:** Luís Viana, Joaquim Veiguiña, Rolando Silva, Isabel Pires . **Redação:** Lígia Calapez (Jornalista). **Fotojornalista:** Paulo Machado . **Design Gráfico e Paginação:** Dora Petinha . **Capa:** Dora Petinha **Composição:** Luísa Pereira . **Revisão:** Luísa Pereira . SPGL . Edição e Propriedade de: **Sindicato dos Professores da Grande Lisboa**, Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa . NIPC: 501057528 **Periodicidade:** Mensal. **Depósito legal:** 9157/85 . ICS: 109893.



José Alberto Marques
DIRETOR ESCOLA INFORMAÇÃO

Os Professores escolheram

Escolheram entre dois projetos sindicais e fizeram-no de forma clara e inequívoca, com uma expressiva vantagem da lista A sobre a lista V que excede a diferença registada em eleições anteriores entre a lista A e a lista B, esta última fundadora da coligação que originou a lista V. Também o número de votantes, em pontos percentuais, aumentou em relação às eleições de 2012, demonstrando que os professores tiveram plena consciência da importância de que se revestia este ato eleitoral para o futuro do sindicato e para o rumo a tomar na defesa, quer dos interesses da classe docente, quer da Escola Pública.

Os nossos colegas confiaram mais uma vez em nós e no nosso modo de estar no sindicalismo, lutando nos locais de trabalho, na frente jurídica ou nas ações de rua. Escolheram um sindicalismo democrático, participado, reivindicativo e descomprometido com qualquer tipo de agenda partidária, como tem sido o nosso timbre. Esta equipa foi reconhecida como o garante da continuação desta prática, conjugada com a necessária e sempre desejável renovação de quadros sindicais.

Estivemos na campanha eleitoral de forma empenhada e responsável, centrando-nos nas questões programáticas e nos problemas que mais preocupam os professores e abstendo-nos de enveredar pelo caminho da calúnia e até mesmo do insulto, que não dignificam ninguém, muito menos quando se é professor. A nossa mais eficaz campanha não se resumiu às semanas que antecederam o ato eleitoral. Foi desenvolvida ao longo dos anos do mandato, com presença assídua nas escolas, esclarecendo, informando, mobilizando e resolvendo problemas, numa perspetiva de sindicalismo de proximidade que os professores reconheceram.

Agora é tempo de continuar a luta pela defesa de uma Escola Pública de Qualidade, e de uma Ciência melhor e mais justamente financiada, indissociáveis de condições de vínculo laboral e de trabalho dignas para todos os docentes e investigadores e de continuar a defender energicamente, através da contratação coletiva, os direitos dos docentes do EPC/IPSS e do Ensino Artístico Especializado. É tempo de travar o processo de Municipalização da Educação, de combater a desregulação dos horários de trabalho dos professores, de impedir que o Estatuto da Carreira Docente venha a ser varrido do mapa por uma qualquer legislação sobre carreiras únicas, de continuar a denunciar os contornos obscuros do PET e a iniquidade da PACC, de prosseguir a luta contra a precariedade no Ensino Superior e na Ciência e contra o declínio das carreiras docentes e de investigação, de exigir condições de aposentação dignas e justas.

Todos seremos poucos para este combate! ■



Dossier

ESCOLA INFORMAÇÃO ONLINE Nº6 maio/junho 2015

■ Eleições SPGL

2015/2019

Com este Dossier – que inclui, para além dos dados do ato eleitoral, tomadas de posição das listas concorrentes – fecha-se o ciclo das eleições. Uma nova direção foi eleita e tomou posse, com uma margem de vitória “inesperadamente folgada”.

Agora, “é tempo de continuar a luta”, como destaca, em Editorial, o novo presidente do SPGL, José Alberto Marques. Uma luta que envolve todos. ■

Eleição para os Corpos Gerentes, Conselho Fiscal e Conselho Geral (Quadriénio 2015/2019)

Resultados Gerais por Eleição

| Resultados Finais 2015 | | | | | | | | | | | |
|--|---------|------------------|---------|------------------|---------------|-------------------|-------------|-------------------|--------------------|----------------|-----------|
| | Lista A | % - vts em lista | Lista V | % - vts em lista | Votos Brancos | % - Tot. Votantes | Votos Nulos | % - Tot. Votantes | Votantes em Listas | Total Votantes | Eleitores |
| Mag / Direção Central | 2515 | 60,75% | 1625 | 39,25% | 143 | 3,32% | 24 | 0,56% | 4140 | 4307 | 13627 |
| Conselho Fiscal | 2504 | 60,57% | 1630 | 39,43% | 147 | 3,41% | 25 | 0,58% | 4134 | 4306 | 13627 |
| Conselho Geral | 2498 | 60,38% | 1639 | 39,62% | 146 | 3,39% | 25 | 0,58% | 4137 | 4308 | 13627 |
| Direção Reg. Lisboa | 1101 | 57,73% | 806 | 42,27% | 57 | 2,88% | 12 | 0,61% | 1907 | 1976 | 7138 |
| Direção Reg. Setúbal | 606 | 59,24% | 417 | 40,76% | 38 | 3,56% | 5 | 0,47% | 1023 | 1066 | 2765 |
| Dir. Reg. Santarém | 248 | 55,36% | 200 | 44,64% | 21 | 4,43% | 5 | 1,05% | 448 | 474 | 1229 |
| Dir. Reg Oeste | 324 | 73,14% | 119 | 26,86% | 22 | 4,72% | 1 | 0,21% | 443 | 466 | 1293 |
| Dir. Área Acad. Universitária 1 | 36 | 60,00% | 24 | 40,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 60 | 60 | 160 |
| Dir. Área Acad. Universitária 2 | 74 | 85,06% | 13 | 14,94% | 0 | 0,00% | 1 | 1,14% | 87 | 88 | 176 |
| Dir. Área Acad. Particular e Cooperativo | 12 | 85,71% | 2 | 14,29% | 1 | 6,67% | 0 | 0,00% | 14 | 15 | 62 |
| Dir. Área Acad. Politécnica | 32 | 65,31% | 17 | 34,69% | 2 | 3,92% | 0 | 0,00% | 49 | 51 | 128 |

“Foram anulados cerca de 200 votos por correspondência por falta ou insuficiente identificação do votante e 89 votos condicionais porque os sócios não tinham as quotas em dia, parte deles devido a atrasos das escolas no envio dos mapas de quotização”.

Comissão Executiva do SPGL

| | |
|----------------------|----------------------------|
| José Alberto Marques | Cremilde Canoa |
| Branca Gaspar | Dulce Simões Rosa Carvalho |
| Brígida Batista | Maria Lurdes Silva Martins |
| Manuel Micaelo | António Anes |
| António Nabarrete | João Cunha Serra |
| Abel Lourenço | Tiago Dias |
| Mário Santos | Graça Sousa |
| João Olímpio | Anabela Delgado |
| Graça Dias | António Avelãs |
| Céu Silva | António Quitério |
| Fátima Castro | José Costa |
| António Brinco | Lígia Galvão |
| Felizarda Barradas | Victor Vasconcelos |

Secretariado Nacional da FENPROF

José Alberto Marques
Branca Gaspar
Brígida Batista
Manuel Micaelo
Anabela Delgado
Graça Sousa
Outro elemento a designar

Nova Direção tomou posse



Fotos: Felizarda Barradas

Divulgados pela Mesa da Assembleia Geral os resultados, e porque nenhuma das listas concorrentes apresentou qualquer reclamação significativa sobre o processo eleitoral e a assinatura da ata final foi absolutamente pacífica, foi decidido que a tomada de posse se faria no dia 22 de maio (6ª feira). De facto, as ações de luta programadas para o mês de junho justificavam a rápida normalização da vida do sindicato.

No dia 21, o sócio Carlos Valdez Vasconcellos apresentou o que chamou de impugnação do ato eleitoral. Contudo, o Conselho Fiscal, considerando que os



argumentos apresentados por C. Vasconcellos já tinham sido apresentados anteriormente e sobre eles já havia decisões (negativas) do Conselho Fiscal, considerou inexistente o pedido de impugnação, criando-se assim as condições para que a tomada de posse decorresse no dia programado. Contestando a decisão do Conselho Fiscal, alguns eleitos pela Lista V (para o Conselho Fiscal e para o Conselho Geral) decidiram

não tomar posse no dia 22. Os eleitos que por qualquer razão não tomaram posse no dia 22 fá-lo-ão oportunamente. Assistiram à tomada de posse e usaram da palavra o secretário geral da FENPROF e o da CGTP-IN, e representantes do SPN e do SPRC. Também a União de Sindicatos de Lisboa e a de Setúbal se fizeram representar. Outros sindicatos da FENPROF enviaram mensagens de saudação. ■

Uma estratégia de luta construída com os professores

Discurso de José Alberto Marques



Foto: Paulo Machado

Caros camaradas, trabalhadores e colaboradores do SPGL
Caros convidados,

Permitam-me, em primeiro lugar, que saúde, naturalmente, todos os trabalhadores do SPGL que com o seu profissionalismo, empenho e dedicação deram um contributo fundamental para o êxito do trabalho relativo às eleições para os Corpos Gerentes, Conselho Fiscal e Conselho Geral para o quadriénio 2015/2019 e certamente tudo farão para engrandecer o nosso sindicato.

Saúdo também aqueles que hoje cessam os seus mandatos e que, nos últimos três anos, deram o melhor de si para que o SPGL fosse um grande sindicato. Essa participação cívica e política que

ativamente desenvolveram merece igualmente o meu respeito enquanto presidente do coletivo que é todo o SPGL.

Saudação naturalmente extensível àqueles que, agora renovam, ou começam novos mandatos. Aquilo que os docentes e investigadores que em nós confiaram esperam é que participemos na construção de um futuro melhor para todos, nesta nobre profissão. Nesse sentido, considero que todos merecem a nossa saudação, o nosso respeito e o nosso incentivo por aceitarem dedicar uma parte importante das suas vidas em prol da defesa dos professores e da Escola Pública.

Quero crer que os professores, educadores e investigadores que hoje são investidos nas diversas

funções ao nível da direção saberão encontrar, no confronto democrático das suas diversas perspetivas e opiniões, as melhores e mais importantes soluções para a construção de uma Escola Pública de Qualidade.

Embora consciente das sérias dificuldades que iremos enfrentar, sobretudo nos tempos difíceis que estamos a viver, quero que saibam que assumo com alegria e humildade as funções para que fui eleito em conjunto com todos os meus camaradas de direção e procurarei dar corpo a um projeto em que me revejo e acredito.

A direção que hoje tomou posse, tal como já referi, aparece renovada, em termos de candidatos e de ação sindical, sem renegar, antes valorizando, o enorme

contributo que um SPGL plural, democrático, reivindicativo e com uma clara estratégia de luta demonstrou nestes anos difíceis, de que todos somos testemunhas, com ataques sucessivos à Escola Pública e aos docentes e investigadores. Estivemos sempre presentes no combate às contínuas ofensivas por parte do governo, participando ativamente na conceção e execução de formas de luta, com a FENPROF, com a Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública e com a CGTP. Mantendo o espírito crítico e respondendo apenas aos imperativos éticos do sindicalismo livre, democrático e de esquerda, e aos interesses mais profundos dos professores, educadores e investigadores.

A direção está alicerçada na experiência de muitos anos de luta e reivindicação, apta a construir o futuro, e a interpretar os desafios decisivos que a Profissão Docente e a Escola Pública vão enfrentar nos próximos quatro anos tendo em vista uma estratégia de luta construída **com** os professores e no seio da classe docente.

A direção conta também com a contribuição dos docentes aposentados para a luta por melhores e mais justas condições de aposentação, pela reposição dos direitos retirados, pela criação de



uma rede nacional de apoios em situações de doença e dependência e pela defesa intransigente de uma verdadeira Escola Pública. A sua experiência profissional e sindical é uma mais-valia para o nosso Sindicato.

Como salientei no nosso último congresso, vivemos um tempo marcado pelo medo. Medo do presente e medo do futuro. Medo de perder o que até agora se conseguiu evitar que se perdesse. Enfrentar o medo é sermos decisivamente a frente e não a retaguarda do combate político-sindical. É interiorizarmos que temos de liderar os processos de luta, mesmo sob o risco de sermos os primeiros alvos a abater.



A nossa orientação estratégica assenta na exigência de um Estatuto da Carreira Docente que defenda o estatuto social e salarial, condições de trabalho e de formação dignas para todos os professores, educadores e investigadores e na defesa de uma Escola Pública de Qualidade. Escola Pública que terá tanto mais Qualidade quanto o nosso combate contra a precariedade e desemprego for vitorioso.

Partimos para um mandato de quatro anos. Todos esperamos que, no final deste ciclo, que agora tem início, o SPGL (no seio da FENPROF, Frente Comum e CGTP) marque cada vez mais decisivamente a diferença em termos de política sindical. O reforço do SPGL, em número de sócios e na definição de estratégias de luta, é vital para o conjunto do movimento sindical unitário.

Para finalizar, agradeço novamente a todos os presentes e àqueles que não podendo estar hoje connosco sempre nos apoiaram.

É certo que o futuro é demasiado complexo para ser ajuizadamente previsível. Mas também é verdade, como nos dizia Gandhi, que “o futuro dependerá daquilo que fazemos no presente”.

Contem connosco!
Muito Obrigado.

Ao Conselho Fiscal do SPGL

Recurso de impugnação da Assembleia Geral Eleitoral para Eleição dos Corpos Gerentes, Conselho Fiscal e Conselho Geral do SPGL para o quadriénio 2015-2019.

Carlos Valdez Pinto de Vasconcellos, sócio n.º 21053 do SPGL, no pleno gozo dos seus direitos sindicais, vem, nos termos do n.º 1 do art.º 100.º dos Estatutos do SPGL, apresentar recurso de impugnação da Assembleia Geral Eleitoral realizada nos passados dias 13 e 14 de Maio de 2015, o que faz nos termos e com os fundamentos seguintes:

1.º No dia 06 de Março de 2015, foi publicada a convocatória da Assembleia Geral Eleitoral acima referida, na qual era expressamente dito que: “*A apresentação de candidaturas deverá ser feita (...) até às 17:00 horas do próximo dia 27 de Março (...)*”, isto é, 21 dias após a data da convocatória – o que viola a norma imperativa do n.º 1 do art.º 90.º dos Estatutos do SPGL, que diz: “*A apresentação de candidaturas é feita no prazo máximo de 25 dias após a data da convocação da Assembleia Geral Eleitoral*”.

2.º No dia 08 de Abril, na sede do SPGL, foi devolvido ao signatário, na sua qualidade de Mandatário da Lista C, o processo de candidatura da mesma, a fim de, nos termos estatutários, proceder à supressão das irregularidades verificadas no mesmo. Na mesma ocasião, o signatário assinou recibo da entrega do processo de candidatura, no qual constava claramente o prazo de três dias para proceder à sua regularização.

No entanto, tendo o signatário devolvido o processo de candidatura no dia 13 de Abril, dentro do prazo definido nos Estatutos e explicitado no recibo e com todas as irregularidades sanadas, veio a candidatura da Lista C a ser rejeitada pelo Conselho Fiscal, com a alegação de que não fora regularizada dentro do prazo estabelecido – o que constituiu uma violação da Norma constante do n.º 2 do Art.º 91.º dos Estatutos do SPGL: “*Com vista ao suprimento das irregularidades encontradas, toda a documentação será devolvida ao (...) mandatário da lista em causa (...), o qual deve saná-las no prazo de três dias a contar da data da entrega*”.

3.º A convocatória da Assembleia Geral Eleitoral, publicada a 06 de Março, indicava o dia 14 de Maio de 2015, como data das eleições – sendo o referido dia feriado municipal em 14 Concelhos da área do SPGL, tal viola a Norma imperativa constante do n.º 9 do Art.º 85.º dos Estatutos do SPGL: “*As eleições têm sempre lugar em dia útil (...)*”.

4.º No dia 24 de Abril de 2015, a Mesa da Assembleia Geral divulgou nova data para realização das eleições nos 14 Concelhos, nos quais o dia 14 de Maio era feriado, antecipando-as para o dia 13 de Maio, o que, constituindo, objectivamente, uma nova convocatória, violou a Norma imperativa constante do n.º 1 do Art.º 89.º dos Estatutos do SPGL: “*A Assembleia Geral Eleitoral é convocada com a antecedência mínima de 60 dias (...)*”.

Termos em que, dadas as sucessivas e reiteradas violações dos Estatutos do SPGL, cometidas durante o processo eleitoral, o signatário requer ao Conselho Fiscal do SPGL que, no uso das competências que lhe são conferidas

pelas alíneas a) e h) do n.º 1 do Art.º 79.º dos Estatutos do SPGL, declare a nulidade da Assembleia Geral Eleitoral realizada nos dias 13 e 14 de Maio de 2015, e requeira a convocação de nova Assembleia Geral Eleitoral.

Lisboa, 21 de maio de 2015
Carlos Valdez Pinto de Vasconcellos,
sócio n.º 21053

Deliberação do Conselho Fiscal Em reunião realizada no dia 22 de maio de 2015, pelas 14h30, na sede do SPGL

Carlos Valdez Pinto de Vasconcellos, associado com o n.º 21053, apresentou, em 21 de maio de 2015, recurso de impugnação de deliberações tomadas em momento anterior ao relativo ao processo eleitoral.

Este associado, em 19/3/2015 e a 13/4/2015, na fase de apresentação de candidaturas, já havia interposto recurso sobre as mesmas deliberações que, pelos fundamentos atempadamente apresentados, não obteve provimento por parte deste órgão fiscalizador do SPGL. Quanto ao ponto 3., o Conselho Fiscal pronunciou-se em devido tempo.

Por não existir fundamento para a interposição do presente recurso, o Conselho Fiscal delibera rejeitar liminarmente esta impugnação apresentada pelo associado supra mencionado, pela extemporaneidade do solicitado.

O Presidente do Conselho Fiscal Artur de Oliveira Moura Baptista (Aprovada com 2 votos a favor, uma abstenção e 1 voto contra)

À Mesa da Assembleia Geral do SPGL

RECURSO

Carlos Valdez Pinto de Vasconcellos, sócio n.º 21053 do SPGL, no pleno gozo dos seus direitos sindicais, vem, nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 100.º dos Estatutos do SPGL, interpor recurso da deliberação do Conselho Fiscal do SPGL, de 22-05-2015, (Doc 1 anexo, e que aqui se dá por inteiramente reproduzido para todos os efeitos legais).

O Requerente, desde já, chama a atenção para a ilegalidade da deliberação do Conselho Fiscal, acima referida:

- **Quanto à forma**, por não ter sido efectuada com base em parecer prévio da Comissão Eleitoral, como dispõe, imperativamente, o n.º 2 do art.º 100.º dos Estatutos do SPGL.

- **Ainda quanto à forma**, por não respeitar o disposto no n.º 3 do art.º 100.º (comunicação por escrito ao requerente e afixação na sede e delegações do SPGL).

- **Quanto ao conteúdo**, por não responder às questões levantadas pelo Recorrente, nos Pontos 3.º e 4.º do seu recurso (Doc. 2 anexo, que aqui se dá também como integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais).
Lisboa, 25 de Maio de 2015.

Carlos Valdez Pinto de Vasconcellos,
sócio n.º 21053

Em anexo: dois documentos

Deliberação da Mesa da Assembleia Geral

Em reunião realizada no dia 1 de junho pelas 11h00, na sede do SPGL

Carlos Valdez Pinto de Vasconcellos, associado com o n.º 21053, apresentou,

em 25 de maio de 2015, recurso da deliberação do Conselho Fiscal tomada em 22 de maio de 2015.

A referida deliberação foi proferida no âmbito das competências do Conselho Fiscal. O processo eleitoral foi concluído no passado dia 22 de maio com a tomada de posse dos órgãos sociais.

A base legal que sustenta o recurso agora apresentado não é válida, por estar fora do âmbito e já ter sido encerrado o processo eleitoral.

Por não existir fundamento legal para a sua interposição é indeferido liminarmente o recurso agora apresentado, com base na sua inadmissibilidade, sem prejuízo de se proceder a convocação de Assembleia Geral a ser solicitada ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 52.º dos Estatutos.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Lista V

“Com os Professores, Por um SPGL Forte e Combativo”

“Enquanto houver estrada para andar, a gente vai continuar!”

(Jorge Palma)



A Lista V perdeu as eleições para os Corpos Gerentes, Conselho Fiscal e Conselho Geral do SPGL para o quadriénio 2015 – 2019. Mais do que as razões desta derrota, para muitos surpreendente tal a dinâmica que

animou a candidatura V, importa perceber se fomos fiéis ao que nos propusemos.

Tínhamos dito no início do processo eleitoral “que não diríamos mal de ninguém, que não contaríamos histórias. Que estaríamos como sempre estivemos - na vida, na luta, no trabalho sin-

dical - apresentando propostas, batendo-nos por elas, lealmente.”
Cumprimos!

“Recusamos o monolitismo, a verdade única, os caminhos únicos. Recusamos as inevitabilidades. Porque acreditamos nos professores e na sua capacidade de resistir, sabemos que a sua derrota não é inevitável. Há alternativas com a luta dos professores, educadores e investigadores. É preciso construir caminhos de unidade e de luta. Não basta o discurso pomposo, o debate interminável, é necessário construir condições para sairmos do colete de forças a que nos querem condenar - na escola e na vida. Com luta, com a combatividade que é necessário mobilizar.”

Apelámos ao voto informado:

“Antes de votarem leiam bem os programas das duas listas, leiam o que defende cada uma das listas e o que se propõem fazer no próximo quadriénio.

Votem de forma informada e não só porque conhecem a cara de X ou Y. As pessoas são importantes mas os programas são o que obriga cada uma das pessoas que integra as listas. Na Lista V o programa resultou de um processo coletivo de escrita, de consultação de muitos docentes, de

amadurecimento das ideias. Não foi um processo rápido, podemos mesmo dizer que foi o processo mais demorado de construção da candidatura, porque muito participado. Quisemos que fosse assim. As ideias primeiro. Foi em torno delas que a unidade e o projeto se consolidaram.”

Elegemos prioridades:

“O desemprego, a precariedade, os salários, as carreiras, a construção de sindicato nas escolas, a combatividade na ação sindical. Afirmamos a necessidade de construção de unidade dos trabalhadores com uma presença empenhada na FENPROF, na Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública, na CGTP.”

Mantemos integralmente o que então afirmámos.

Construímos uma lista independente. Independente do poder político (seja ele qual for). Esta é a independência que conta, a independência sindical.

Construímos uma lista plural, com gente com ou sem partido, gente tão diferente e tão unida no mesmo propósito: transformar o sindicato num instrumento eficaz na defesa dos únicos interesses que assumimos defender, os da profissão docente e da Escola Pública. Nunca o escondemos antes o afirmámos sempre, com o orgulho de quem quer construir futuro e não ficar amarrado a visões maniqueístas que tantas vezes estiveram na base de intenções de uma pretensa unidade onde uns controlam outros. Independente do poder político! Uma equipa baseada no princípio da Igualdade onde o trabalho coletivo significou o trabalho de todas e de todos em pé de igualdade. Por isso gostámos tanto de estar juntos e de participar nas várias fases da candidatura. Porque a opinião de cada um contou. Sempre. É assim que entendemos o trabalho sindical.

E esta foi uma candidatura onde nos sentimos bem, onde todos nos sentimos bem, com uma alegria que a solidariedade entre todos potenciou. O tempo da candidatura foi um tempo de felicidade para quem participou nesta lista. Como deveria ser o trabalho sindical se feito sem calculismos ou obediências.

Fizemos o que devia ser feito

A Lista V não conseguiu mobilizar um número suficiente de sócios, de forma a conseguir vencer as eleições. Tendo consciência de que existe entre os sócios um grande descontentamento, a verdade é que a Lista V não foi suficientemente competente para mobilizar esse descontentamento e traduzi-lo numa votação significativa no seu projeto.

Podíamos ter feito mais e melhor? Claro que podíamos. E fá-lo-emos, que “a gente vai continuar”. Afinal é isso que temos feito pela vida fora. Tentar fazer melhor. Não desistir.

Uma abstenção muito elevada (68,4%) foi, mais uma vez, uma marca negativa no processo eleitoral neste sindicato que, sendo de professores, a todos nos devia fazer refletir. Pela nossa parte temos consciência de não termos conseguido inverter esta situação. Queixam-se os professores do afastamento do SPGL de muitas escolas. No entanto, em resultado de diversas e complexas vicissitudes, a Lista V não conseguiu mobilizar esse descontentamento e traduzi-lo numa votação significativa no seu projeto.

No final da campanha eleitoral (melhor dizendo, nas últimas horas) fomos surpreendidos com uma mensagem por sms, enviada para todos os sócios, do então presidente da direção, falando de supostos “abusos” da lista V. Foi uma ‘jogada’ que lhe fica mal. Não houve qualquer abuso. O que fizemos foi sempre transparente. Não utilizámos estes nem quaisquer outros expedientes.

Era um compromisso que respeitámos. Integralmente!

A Lista V mantém como válido o projeto com que se apresentou aos sócios.

Nesse sentido, os ativistas que compuseram a Lista V, bem como todos quantos lhe manifestaram o seu apoio, têm um dever para consigo e para com os sócios que acreditaram e votaram Lista V. Esse dever, esse compromisso, é o de representar condignamente os 1639 sócios que elegeram 13 representantes no Conselho Geral e 2 no Conselho Fiscal.

Mas não se fica por aí a tarefa e o compromisso. Temos, todos nós que integrámos a Lista V, a convicção de que continua a valer a pena lutar pelo projeto de um SPGL FORTE e COMBATIVO, COM OS PROFESSORES.

Tal tarefa só pode ser realizada com uma intervenção séria e permanente nas escolas onde trabalhamos, colaborando e contribuindo para defender, ouvir e informar os sócios e mobilizá-los sempre que necessário para as lutas do movimento sindical docente e unitário.

Podem sempre contar com a nossa determinação e luta para defender a classe docente e a Escola Pública. O resultado das eleições apenas determinou quem são os sócios que vão dirigir o SPGL. Em momento algum esse resultado nos impedirá de continuar a SER SINDICATO e de tudo fazer para que ele ainda venha a ser FORTE E COMBATIVO

“Enquanto houver estrada para andar, a gente vai continuar!”

**COM OS PROFESSORES,
POR UM SPGL FORTE
E COMBATIVO**

Uma vitória inesperadamente folgada



1. A VITÓRIA DO PRESTÍGIO COMO SINDICALISTAS

Se considerarmos a votação para a Direção e Mesa da Assembleia Geral, a LISTA A SPGL - A FORÇA DOS PROFESSORES – obteve mais 890 votos, uma diferença de 21,5 pontos percentuais, que a lista adversária. Uma vantagem que surpreendeu mesmo os mais otimistas entre nós. Ou seja: uma vitória clara.

E, contudo, é uma vitória de certo modo surpreendente para quem “olhasse de fora” para as listas concorrentes: seria capaz uma lista sem apoios de estruturas partidárias – a Lista A – derrotar uma outra – a Lista V - onde se conjugavam claramente as candidaturas das referências sindicais

no SPGL do PCP e do Bloco de Esquerda, já que os quadros sindicais do PS no SPGL se dividiram pelas duas listas?

Uma reflexão serena sobre o que se passou exige a clarificação de alguns pressupostos: nós, os da Lista A, não alinhámos nem alimentámos a corrente contra os partidos que se está a espalhar pela sociedade portuguesa. Reconhecemos e sublinhamos a importância dos partidos políticos na democracia portuguesa. Consideramos que é positivo para a atividade sindical que os partidos políticos tenham a “sua” estratégia sindical e procurem exercer influência nos sindicatos. O PCP, à esquerda, o PSD, à direita, são exemplos de partidos com estratégias sindicais bem definidas, ao

serviço do projeto social e ideológico que sustentam. (O modo como os sindicatos do PSD cavalgaram as grandes manifestações de docentes contra Maria de Lurdes Rodrigues, preparando o terreno para a vitória eleitoral do PSD, fica como um exemplo de golpe de mestre de estratégia política!) Mas o reconhecimento do papel dos partidos políticos não pode conduzir a uma submissão dos sindicatos às estratégias partidárias. Por um lado, porque, no caso do SPGL e certamente de outros, nas direções sindicais convergem sindicalistas com diferentes filiações partidárias e a maioria dos dirigentes atualmente não terá nenhuma. Por outro lado, e centrando-nos no SPGL, os professores, não sendo indiferentes ao projeto político-educativo que o SPGL propõe - a defesa da escola pública de qualidade para todos – esperam que o seu sindicato seja o sindicato de todos os docentes e não se deixe limitar ou condicionar por estratégias partidárias.

O tempo e o desanuviar das tensões que estes processos sempre provocam, ajudará a perceber a invulgar situação de na Lista V se juntarem, para o Conselho Geral, dois conhecidos deputados: Cecília Honório, do BE e Pedro Delgado Alves, do PS. Para além da proposta de candidatura de António Filipe, do PCP, à direção da área académica do Ensino Superior Particular e Cooperativo, que se teria concretizado se este tivesse as suas quotas sindicais regularizadas. Mera coincidência ou um projeto intencional de convergência partidária?

Mas o recurso a estes nomes de personalidades politicamente sonantes e o uso das máquinas partidárias (por exemplo, candidatos nossos militantes ou simpatizan-

tes do PCP receberam telefonemas do partido para votarem na Lista V...) pesou menos que o prestígio dos dirigentes sindicais, bem conhecidos nas escolas e pelos professores que constituíram a Lista A. Essa é a raiz da nossa vitória. Nestas lutas sindicais, conta menos o cartão partidário do que o reconhecimento por parte dos professores do trabalho que cada dirigente desenvolve na defesa dos direitos dos docentes.

2. QUE RAZÕES PARA A DIVISÃO?

Teria sido possível evitar esta divisão e apresentar uma lista única? Sim, tinha sido possível. Até porque o V Congresso do SPGL, realizado em fevereiro último, aprovava, praticamente por unanimidade, as linhas reivindicativas a que qualquer direção teria de se submeter. Mas os sócios têm o direito de ser informados do processo que culminou nesta divisão. Vamos aos factos: num primeiro momento, apresentaram-se como candidatos a presidente os então vice-presidentes Branca Gaspar e Manuel Grilo, cada um indicado pela sua “sensibilidade” sindical no seio do SPGL. Reconhecendo-se após alguma discussão que nenhum deles era consensual junto da maioria dos dirigentes, e de acordo com as “duas partes”, procurou-se um nome mais consensual. Foi então que, destacados membros da outra “sensibilidade” que integrava a Direção, propuseram o nome de José Alberto Marques, que nós, aqueles que defendíamos a candidatura da Branca Gaspar aceitámos, em nome da unidade, tendo esta, retirado a sua candidatura. Porém inesperadamente, Manuel Grilo recusou retirar a sua candidatura, consolidando a divisão. As razões da sua atitude, ele as explicará quando e se o entender.

3. A CAMPANHA

A LISTA A apresentou-se aos professores como herdeira do trabalho desenvolvido nestes últimos anos, reconhecendo o tra-

balho desenvolvido junto dos docentes nestes “anos de chumbo” em que um governo de direita se esforçou por diminuir os sindicatos, destruir os direitos laborais, destruir o estado social e limitar de facto a democracia. Em anos em que, perante as dificuldades financeiras criadas ao SPGL pelos cortes salariais dos docentes, houve que tomar medidas restritivas e de diminuição de trabalhadores no sindicato. Afirmamos que fizemos um trabalho sindical sério, honesto e empenhado, sempre ligados aos professores e educadores. Por outro lado, e sem que nunca o tivessem manifestado antes, alguns membros da direção cessante acusaram a direção (e portanto a eles próprios) de falta de combatividade. Sem quaisquer provas, sem quaisquer dados, sem quaisquer evidências. Em alguns casos, numa manifestação de um certo masoquismo: dirigentes que conosco trabalharam nas escolas a acusarem-se de falta de ligação às escolas...

Optamos por uma campanha de proximidade e de afirmação recusando alimentar em excesso a conflitualidade (aqui e além boçal) dos *Facebooks*. Fugimos a acusações pessoais e a guerrinhas em torno de questiúnculas. Fizemos uma campanha séria e competente: os professores recompensaram-nos.

4. OS ZACARIAS ALBINOS E O RECORRENTE RECURSO AO NOME DO MÁRIO NOGUEIRA

Zacarias Albino é de certeza um inexistente, uma máscara através da qual a Lista V, fazendo provavelmente um uso abusivo do acesso que, através dos dirigentes que integravam a lista, tiveram aos ficheiros de sócios do sindicato, tentaram chegar a setores nos quais, ao longo destes anos não trabalharam, como é o caso do ensino particular e cooperativo. Mas é este Zacarias Albino que, no email que enviou aos sócios, escreve “*A nossa lista, pelo contrário, é composta pelos membros da atual direção que mais se empenham no contacto com os*

colegas e que, tanto nos órgãos do SPGL, como nos órgãos da FENPROF acompanham mais de perto o trabalho de defesa da profissão desenvolvido pelo seu secretário-geral Mário Nogueira”, (sublinhados no texto do mail citado) envolvendo de forma inequívoca o nome de Mário Nogueira na campanha eleitoral para os corpos gerentes do SPGL. Não nos custa admitir que o próprio MN ignorasse inicialmente o aproveitamento de que estava a ser alvo. Mas soube e não reagiu, pelo menos publicamente, deixando-se assim associar à Lista V.

5. O FUTURO

Todos sabemos que os sindicatos atravessam momentos difíceis, e não só em Portugal. E que, por mais ilógico que à primeira vista tal pareça, os momentos mais difíceis não facilitam a mobilização e a resposta solidária que é a essência da ação sindical. A elevada abstenção neste ato eleitoral (apesar de tudo, menor que em 2012), a dificuldade em sindicalizar os novos docentes, a diminuição, embora lenta, do número de sócios são sinais que ninguém pode ignorar. Temos de ter bem presente, por outro lado, que nos confrontamos com uma coligação marcadamente de direita apostada em mercantilarizar a escola e a profissão docente, em reduzir os nossos direitos laborais, em reduzir o ECD a uma saudosa memória.

Os sindicatos têm de ser um manancial de esperança, de resistência, de aposta no futuro. Um projeto em que ninguém pode ser dispensado, em que ninguém tem o direito de se autodispensar. Deixemos pois sarar as feridas abertas pela campanha. Vamos estar todos juntos em lutas importantes. Já a começar pela Manifestação Nacional de Professores no próximo dia 20.

A LISTA A - SPGL - A FORÇA DOS PROFESSORES, vencedora das eleições



Fotos: Feilzarda Barradas

Municipalização da Educação

O que está em causa

Um “debate livre e informado” foi, nas palavras de António Nabarrete na abertura do debate sobre a Municipalização da Educação, o leitmotiv do conjunto de iniciativas com que o SPGL assinalou o seu 41º aniversário. Esta primeira iniciativa, realizada a 27 de abril na Escola Secundária Fernão Mendes Pinto, em Almada, contou com intervenções de fundo de Santana Castilho, João Barroso e Mário Nogueira.

O projeto piloto de Municipalização da Educação é demagogicamente apresentado como uma forma de descentralização, de aproximar educação e comunidades locais. Mas entre demagogia e realidade vai um abismo. Na abertura do debate foram referidos três pontos básicos: secretismo; amplo movimento contra, abarcando mesmo o Conselho de Escolas; efeitos devastadores para as escolas, caso este projeto avance. Questões de base que, com muitas outras, foram aprofundadas ao longo das intervenções e do debate.

Um debate inquinado

O debate sobre municipalização está,

à partida, inquinado. O que está em causa é uma agenda ideológica mais vasta, apontando para a privatização do ensino e um maior controle estratégico sobre escolas e municípios, considerou João Barroso.

Independentemente da matéria neste momento em causa, o orador defendeu, numa ótica mais ampla, que todo o processo de descentralização, numa perspectiva jurídico-administrativa, está esgotado, na medida em que ignora a dimensão socioeducativa, mantém a lógica hierárquica do sistema, imagina o local de maneira homogénea e uniforme. Contrapôs-lhe uma perspectiva sociopolítica, de territorialização, transferindo o debate para uma articulação

entre centros de decisão e a construção de uma ordem educativa local.

Assim, a alternativa seria uma nova ordem educativa local, envolvendo diferentes patamares de autonomia/controlado; uma escola forte; práticas participativas; um Estado regulador.

Números que falam por si

Nos últimos 3 anos, o que se retirou à educação, à saúde, aos salários, orça em 28.528 milhões de euros. Os juros da dívida (crescente) foram de 28.247 milhões de euros. São números elucidativos que importa não dissociar. A partir destes esclarecedores dados, Santana Castilho denunciou três vetores da ação do governo: a desrespon-

sabilização do Estado com custos da educação; pôr em ato ideias/ação do ensino privado; tudo medir – exames, “metas” - numa lógica de econometria. Santana Castilho considerou que a municipalização poderá ser o começo de importação tardia dos modelos falidos de “escolas independentes” da Suécia, Reino Unido e EUA e sublinhou ser essencial um maior investimento na educação e ensino.

Na sua intervenção, Mário Nogueira realçou, em particular, a redução da despesa, no Orçamento de Estado,

com o ensino público e a dimensão ideológica do processo em curso, com a perversão do próprio sentido da escola pública, cingida a uma função social, enquanto ficaria reservado ao ensino privado o acesso ao conhecimento.

Desmistificar e reequacionar

A desresponsabilização do Estado (também no que ao desemprego dos professores diz respeito), a desigualdade (nomeadamente entre municípios) a ambiguidade (onde entram as escolas neste processo?) foram aspetos cen-

trais da municipalização sublinhados por José Alberto Marques.

Desmistificar a retórica do governo em torno do conceito de proximidade e, simultaneamente, reequacionar esse mesmo conceito – foram prioridades defendidas por António Avelãs, que destacou a necessidade de “pôr no terreno a nossa maneira de pensar” - a inserção da escola no seu território, numa perspetiva pedagógica e não administrativa. ■



Homenagem a Urbano Tavares Rodrigues

O homem, a obra, o cidadão

A homenagem a Urbano Tavares Rodrigues, que se insere no conjunto de iniciativas com que se assinalou o 41º aniversário do SPGL – realizada dia 29 de abril, no auditório do sindicato - inscreveu-se igualmente numa dinâmica de iniciativas da responsabilidade do departamento dos Aposentados, em conjunto com o departamento de Cultura do SPGL, no caso concreto “O meu livro quer outro livro”. Uma dinâmica cuja importância, também como fator de intervenção, António Avelãs valorizou em breves palavras iniciais.

A iniciativa foi, antes do mais, um momento de partilha de memórias e comentários de quem conheceu Urbano Tavares Rodrigues, não apenas como escritor e cidadão, mas como pessoa. Testemunhos pessoais diversos que confluíram com análises mais aprofundadas do trabalho e da biografia do escritor.

Homenagem num momento oportuno

“Creio ser este tempo, em que médiocres “sebenteiros” do mais feroz e desumano neoliberalismo assassinam, com frieza e desdém, as esperanças individuais e coletivas de um povo, destroem a pátria portuguesa e pretendem apagar a sua história, o momento apropriado para a realização desta home-

nagem” a Urbano Tavares Rodrigues, sublinhou Paulo Sucena.

Perspetiva que se interliga com a própria síntese da biografia de Urbano, de algum modo condensada neste breve extrato da intervenção do orador: “A vida de Urbano Tavares Rodrigues (UTR) traduziu-se em mais de 70 anos de cidadania ativa e mais de 60 de carreira literária. Nasceu ainda durante a

1ª República, porém mais de metade da sua existência (48 anos) foi vivida sob a asfixia da ditadura. A sua obra reflete, muitas vezes logo nos títulos, esse clima vivido num país calafetado, do mesmo modo que, coerentemente, o cidadão UTR age na vida real de modo idêntico ao de algumas personagens das suas obras de ficção, lutando por uma pátria livre, democrática, justa e solidária”.

A dimensão humana de Urbano Tavares Rodrigues foi particularmente salientada por Leonoreta Leitão. “Amigo do seu amigo”, como frisou. Para lá da relevância da sua obra como escritor (e impregnando-a) – 92 livros abarcando os mais variados géneros.

Essa mesma vertente seria sublinhada em todos os depoimentos de amigos, incluindo ex-alunos seus, para quem

o mestre corporizava uma “lição de contenção”, articulada a uma correção criteriosa. Uma vertente humana que marca igualmente a sua obra, num tandem indestrinçável entre ficção e vida.

Alimentava qualquer centelha que visse num jovem

Manuel Gusmão valorizou Urbano Rodrigues, antes do mais como o escritor que “percorreu todos os géneros”, considerando a ficção como o domínio mais interessante da sua obra. Numa oscilação entre a prosa (o que aconteceu) e a poesia (o que pode acontecer). “Mesmo quando quero escrever sobre a realidade, o que faço é inventar”, afirmou o orador.

Personalidade complexa – que viveu esses anos 50, “ensanduichado” entre

duas épocas poderosas, os anos 40 e a década de 60 - Urbano Rodrigues “alimentava qualquer centelha que visse num jovem”, destacando-se ainda pela sua frontalidade.

O Alentejo era a sua “pequena pátria”. Uma pertença que Manuel Gusmão sublinhou como adequada. Entre um nacionalismo que implica uma dimensão repressiva e excludente e a sociedade anónima, em que não temos voz. ■

A sessão de homenagem a Urbano Tavares Rodrigues terminou com um momento musical, com Luís Cunha e Silvestre Fonseca. Momento inesquecível, em que tivemos a oportunidade de ouvir um belo “diálogo” entre violino e guitarra.

70º Aniversário do Fim da Segunda Guerra Mundial

No passado dia 6 de maio foi inaugurada no Espaço António Borges Coelho a exposição comemorativa do “70º Aniversário do Fim da Segunda Guerra Mundial e da Vitória sobre o Nazi-fascismo”, da autoria da URAP – União de Resistentes Antifascistas Portugueses. O evento, integrado nas celebrações do aniversário do SPGL, contou com a presença de Bento Luís, da direção da URAP, e do então presidente do SPGL, António Avelãs

A exposição manteve-se até ao dia 15 de maio, e António Avelãs, salientando a sua importância, avançou a possibilidade de nova data de retorno ao Espaço ABC.

Sobre a exposição, Bento Luís destacou ao Escola Informação: “no plano geral, procura de refletir a verdade Histórica objetiva, sobre um aconteci-

mento tão dramático que causou mais de cinquenta milhões de mortos e ainda hoje desperta apaixonadas discussões sobre as suas origens e o papel que os diferentes intervenientes tiveram antes, durante e posteriormente a este grande e brutal conflito”. “A URAP tentou e conseguiu fazer uma muito bem documentada Exposição sobre este tão importante acontecimento histórico”, afirmou.

Bento Luís considerou que a principal importância desta exposição é a de “chamar a atenção para os perigos, que hoje existem, de os vários conflitos bélicos atuais poderem conduzir a um conflito bélico de maiores dimensões, que, dado o armamento infinitamente mais mortífero que hoje existe, possa conduzir a humanidade para uma hecatombe superior à 2ª Grande Guerra Mundial”. “Daí a importância que a Exposição dá à Luta pela Paz, na atualidade”, salientou.

A exposição analisa as causas da 2ª Guerra Mundial, o seu desenrolar, o pós-Guerra e aborda as lutas atuais. Avalia que “A Segunda Guerra Mundial foi o culminar de uma profunda

crise do capitalismo. Foi uma gigantesca confrontação, onde estiveram em jogo questões vitais para toda a humanidade. Em que a violência e a sua glorificação foram adotadas como forma de resolver a grave situação económica e social de então”.

Relembra a viragem decisiva para a vitória: “A 30 de abril de 1945, o exército soviético ocupou Berlim e tomou de assalto o edifício do Reichstag. Na noite de 8 para 9 de maio de 1945, foi assinada em Berlim a Ata de Capitulação incondicional da Alemanha.”

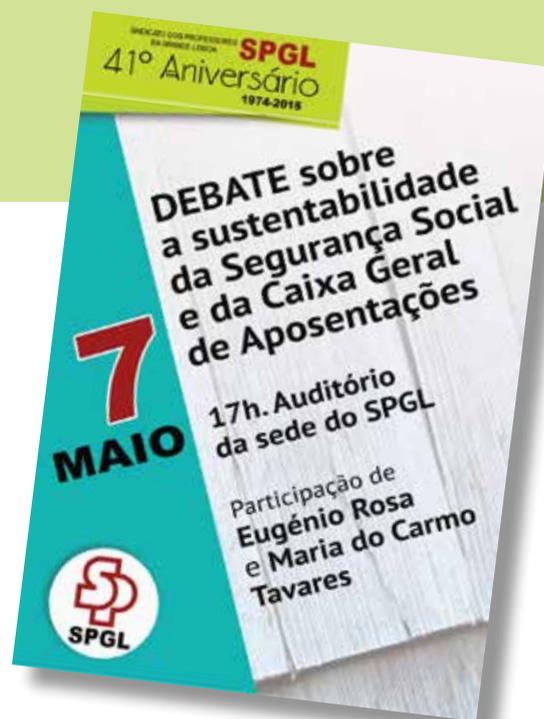
Por fim conclui: “Fascismo nunca mais”.

Sofia Vilarigues



Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações

Sustentabilidade e opções políticas



A sustentabilidade da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações (CGA) foi o tema da última iniciativa enquadrada no 41º aniversário do SPGL e que decorreu, dia 7 de maio, no auditório do sindicato, com a participação de Eugénio Rosa e Maria do Carmo Tavares. Um tema candente, particularmente oportuno neste momento e que António Avelãs destacou como ação reivindicativa por excelência

A situação da Caixa Geral de Aposentações foi dissecada por Eugénio Rosa, que frisou que as dificuldades atuais resultam da forma de funcionamento imposta, que se caracteriza por contribuições da entidade empregadora muito reduzidas. Em breves palavras: “Não se pode falar de sustentabilidade do sistema quando este foi construído para não haver capitalização”. A fase inicial, quando havia um maior número de contribuintes que de beneficiários (situação que se foi alterando com o envelhecimento da população), não foi utilizada para capitalizar o sistema. Simultaneamente a contribuição por parte dos serviços foi sendo reduzida e, em 2005, com a mudança do sistema, os serviços passaram a transferir apenas uma percentagem idêntica à dos empregadores. Assim, numa primeira fase, o Estado teve lucro; com a maturidade do sistema, exigem-se naturalmente mais gas-

tos. Em 2005, a Caixa Geral de Aposentações é transformada num sistema fechado. Os novos trabalhadores são inscritos na Segurança Social. Fecha-se assim um ciclo. Em causa, em todo este processo, estão decisões de ordem política.

Dois pilares da Segurança Social

Maria do Carmo Tavares destacou, na sua intervenção, dois pilares da Segurança Social: o sistema de proteção social de cidadania (que tem por objetivo garantir direitos básicos dos cidadãos e a coesão social); e o sistema previdencial (assente no princípio da solidariedade de base profissional).

A CGTP deu sempre grande importância à sustentabilidade do sistema previdencial, hoje alvo de sistemáticos ataques por parte do capital e do governo, que invocam fatores de natureza demográfica e o envelhecimento da população.

Maria do Carmo Tavares lembra que, a

estes argumentos (que funcionam também como pretexto para alargar o negócio dos planos de poupança/reforma), a CGTP sempre contrapôs que a degradação da situação financeira da Segurança Social se deve à crise, ao modelo económico e o desemprego brutal daí resultante. O que se traduz igualmente numa degradação dos salários, com óbvio impacto negativo nas contribuições para a Segurança Social.

A resposta a esta situação passaria, nomeadamente, pela criação de postos de trabalho e o aumento dos salários. A que haveria que acrescentar – como foi referido no debate que se seguiu às intervenções dos oradores - o alargamento da base de incidência das contribuições das empresas, e que poderia passar pela criação de uma taxa sobre a riqueza criada.

No que respeita ao sistema de proteção de cidadania, está-se a assistir ao seu definhamento, em simultâneo com um crescente empobrecimento da população. Por exemplo – dois trabalhadores com salário mínimo e um filho não têm direito a Abono de Família (!). Em contrapartida aposta-se em dar “em espécie” (bancos alimentares, cantinas solidárias) em vez de subsídios. O que, nas palavras de Maria do Carmo Tavares, revela uma mentalidade fascista. ■

Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

Aos
SÓCIOS

Contacte-nos



SPGL
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa
•Tel: 213819100
•Fax: 213819199
•spgl@spgl.pt
•Direcção: spgldir@spgl.pt
•www.spgl.pt

Serviço de Apoio a Sócios
•TEL: 21 381 9192
•apoiosocios@spgl.pt

Serviço de Contencioso
•TEL: 21 381 9127
•contencioso@spgl.pt

Serviços Médicos
•TEL: 21 381 9109
•servmedicos@spgl.pt

Serviços (seguros, viagens, etc.)
•TEL: 21 381 9100
•servicos@spgl.pt

Centro de Documentação
•TEL: 21 381 9119
•fenprof@fenprof.pt

Direcção Regional de Lisboa
Rua Fialho de Almeida, 3 - 3º
1070-128 Lisboa
Tel: 213819100
Fax: 213819199
drlisboa@spgl.pt

Direcção Regional do Oeste
•**Caldas da Rainha**
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B
2500-329 Caldas da Rainha
Tel: 262841065 Fax: 262844240
caldasrainha@spgl.pt
•**Torres Vedras**
Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634 Fax: 261314906
torresvedras@spgl.pt

Direcção Regional de Santarém

•**Abrantes**
Rua S. Domingos - Ed. S. Domingos, 3º B
2200-397 Abrantes
Tel: 241365170 Fax: 241366493
abrantes@spgl.pt

•**Santarém**
Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq.
2000-232 Santarém
Tel: 243305790 Fax: 243333627
santarem@spgl.pt

•**Tomar**
Av. Ângela Tamagnini, nº 28 r/c Esq.
2300-460 Tomar
Tel: 249316196 Fax: 249322656
tomar@spgl.pt

•**Torres Novas**
R. Padre Diamantino Martins,
lote 4-Loja A
2350-569 Torres Novas
Tel: 249820734 Fax: 249824290
torresnovas@spgl.pt

Direcção Regional de Setúbal

•**Setúbal**
Rua Dr. Alves da Fonseca, 5 - 2º
2900-218 Setúbal
Tel: 265228778 Fax: 265525935
setubal@spgl.pt

•**Barreiro**
Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c
2830-336 Barreiro
Tel: 212079395 Fax: 212079388
barreiro@spgl.pt

•**Almada**
R. D. Álvaro Abranches da Câmara, nº 42A
2800-015 Almada
Tel: 212761813 Fax: 212722865
almada@spgl.pt

Síntese da atividade do Departamento de Professores e Educadores Aposentados do SPGL no ano letivo de 2014-2015



A **Ação Reivindicativa** que desenvolvemos – face à crescente investida do Governo contra os direitos dos Aposentados da Função Pública, aos Reformados e Pensionistas do regime geral e a todos os funcionários da Função e Administração Públicas – representou a parte principal da atividade geral do Departamento de Professores e Educadores Aposentados do SPGL.

A nossa participação no Departamento de Docentes Aposentados da FENPROF, na Comissão de Aposentados da FCSAP, na IR/ USL e na IR/ CGTP, permitiu a coordenação da luta comum a todos os sindicatos e contribuiu para o fortalecimento das organizações de aposentados.

Contra o congelamento das pensões, a aplicação da Contribuição Extraordinária de solidariedade (CES), bem como o substancial agravamento da carga fiscal sobre as pensões em sede de IRS estivemos presentes nas inúmeras manifestações e jornadas de protesto com a FENPROF, a FCSAP a CGTP-IN, a Comissão Nacional de Aposentados da Administração Pública, a IR/CGTP-IN, a IR/US Lisboa e o MURPI.

No âmbito específico dos Professores e

Educadores aposentados, lembramos o dia 29 de janeiro – Dia de Luta dos Docentes e Função Pública. Neste dia, os docentes aposentados concentraram-se, de manhã, junto ao Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social. Nessa concentração foi exigida:

- a revisão da Lei 11/2014, visando alterar os requisitos para a aposentação;
- a revogação de todas as medidas que conduziram à redução do valor das pensões, reivindicando ainda a sua atualização, de modo a compensar o aumento do custo de vida desde 2009;
- A indexação do valor das pensões aos salários do ativo;
- A manutenção do regime de aposentação antecipada, com a revisão das contrapartidas em vigor, as quais penalizam fortemente o cálculo da remuneração;
- O alargamento das estruturas de apoio aos mais idosos, tendo em conta o envelhecimento da população e o crescente aumento da esperança média de vida.

De tarde, uma nova concentração na Assembleia da República onde foi discutida a Petição “*Não permitiremos a destruição da CGA*” promovida pela FENPROF, que tinha como fundamento a continuada alegação, por parte do Governo, da insustentabilidade da CGA, pretexto para todos os cortes nas pensões e sucessivos

agravamentos das condições de aposentação, pondo até em risco o futuro das pensões dos que para ela descontaram toda uma vida.

Neste âmbito a maior vitória foi sem dúvida a eliminação da CES para as pensões inferiores a 4 611,42 € nas continuaremos a bater-nos pela sua eliminação total.

No âmbito da **Ação Sociocultural**, realizámos em dezembro um **Curso de Iniciação à Informática** e atualmente está a decorrer um outro de **Continuação da iniciação à informática**.

No dia 7 de maio, organizámos um **colóquio-debate sobre a Segurança Social e a CGA**, com o economista Eugénio Rosa e a Dra. Maria do Carmo Tavares.

Em colaboração com o Departamento Cultural do SPGL, desenvolvemos o projeto “**O meu Livro quer outro Livro**”, com várias apresentações de livros, textos e poesias, e a presença de vários escritores como Lúcia Jorge, Ana Wiesenberg, Armando Teixeira, Ana Paula Timóteo, João de Melo, João Tordo, Mário de Carvalho, e terminámos com uma homenagem a Urbano Tavares Rodrigues.

Realizámos também visitas culturais, como a visita ao **Barreiro**, berço de

grandes lutas e de uma vida associativa e cultural de muitas gerações e um dos baluartes de resistência à ditadura; um passeio pela **Baixa de Lisboa**, onde visitámos o Palácio da Independência, o Lisboa Story Centre e o Miradouro da Rua Augusta; fomos ao **Bairro Alto** com visitas guiadas ao Mosteiro de São Pedro de Alcântara e à Igreja e Museu de São Roque.

Em dezembro, numa tarde e noite culturais, **festejámos o Natal** com uma visita guiada ao Museu do Chiado, um jantar-convívio e a ida ao Teatro de S. Luís. Visitámos, em janeiro, o **Palácio Nacional de Queluz e a Casa Museu Roque Gammeiro** e, em fevereiro, fomos a **Almada** onde tivemos visitas guiadas ao *Museu da Cidade*, ao *Teatro municipal Joaquim Benite*, à *Casa da Cerca*, ao *Museu Naval* e à *Fragata D. Fernando II e Glória*. Em março, realizámos uma extraordinária viagem ao **Dubai, Vietname e Camboja**.

A 15 de abril, visitámos a linda cidade de **Setúbal**, onde fizemos um belo **passeio na foz do rio Sado**, seguindo a Rota dos Golfinhos, e um percurso a pé pelo centro histórico da cidade, com visitas guiadas pelo colega professor Alberto Sousa Pereira, ao Museu do Trabalho Mitchell Giacometti, passando pela Casa da Cultura e terminando na Casa da Baía.

Em Junho, teremos uma visita à **Croácia** e, em julho, terminaremos o ano letivo com a **Rota dos Escritores e um cruzeiro no rio Douro**.

É este o resumo da nossa atividade. Um ano com os olhos postos na luta, no trabalho e na cultura, com determinação, entusiasmo e alegria.

Todas as nossas ações podem ser revistas no Facebook na página do **Departamento de Professores e Educadores do SPGL** ●



ESPAÇO ANTÓNIO BORGES COELHO (Galeria SPGL)



Exposição de pintura de Carmo Pólvora



Fotos: Paulo Machado

Carmo Pólvora

Nascida em Leiria em 1947, a artista plástica Carmo Pólvora licenciou-se em Pintura, com especialização em Gravura, na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa. Vive e trabalha em Lisboa. Realizou inúmeras exposições individuais e coletivas, estando representada em várias instituições nacionais e estrangeiras.

O diálogo com a poesia tem alimentado o universo de Carmo Pólvora. O seu percurso artístico seguiu a linha da abstração lírica com uma componente surreal. Nas palavras de António Vardemar, presidente da Academia Nacional de Belas Artes, a sua obra "pretende, fundamentalmente, cantar o amor, celebrar a vida e interrogar o mundo visível e invisível que a rodeia e nos envolve" ●

Regime de Aposentação dos Docentes

Só pelo tempo de serviço

defendemos

36
anos

e transitoriamente

40 anos
de descontos
Nem mais um dia!

A Plataforma Sindical dos Professores contesta a aposentação aos 40 anos de serviço e 66 anos de idade.

Exige que seja aos 36 anos de serviço. Porém, considerando a situação atual, no imediato, deverá ocorrer aos 40 (independentemente da idade).

